

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da 0Xª Vara do Trabalho de

....., médico do trabalho nomeado para efetuar perícia na Ação Trabalhista 000000000000 em que é autora e réu, vem apresentar seu laudo.

I – INTRODUÇÃO.

A presente perícia foi realizada no dia 17 de março de 2008, às 14:00 horas, estando presentes: a autora e o Assistente Técnico do réu, Engenheiro de Segurança do Trabalho,; a Gerente de Recursos Humanos do réu Sra.; a procuradora da autora Dra. O objeto da perícia é o de avaliar a existência de condições insalubres no exercício do trabalho da autora.

II – LOCAL DE TRABALHO.

A autora trabalhou na central de atendimento da empresa, situada em uma ampla sala, em prédio de construção vertical em alvenaria. A área possui aproximadamente 140m², com piso revestido de carpete, pé direito de 2,5 m, aberturas envidraçadas em sua face frontal. A iluminação é suplementada por luminárias de disposição superior com lâmpadas fluorescentes. A ventilação é realizada artificialmente por sistema de ar condicionado. Na sala estão dispostos postos de trabalho, uns ao lado dos outros, com terminais de computador para atendimento aos usuários do serviço de telefonia fixa. Os postos de trabalho separam-se um dos outros por divisórias em meia parede, revestidas até a altura de um metro por carpete e em sua parte superior por vidro transparente.

III - DESCRIÇÃO DO TRABALHO

A autora no cargo e função de Atendente de Call Center e de Atendente de Serviço do 0800-00-0000 tinha como tarefas:

1. Atender aos usuários da empresa e público em geral, através de linha telefônica recebendo a solicitação de informações sobre serviços, planos aquisição de linhas e completar ligações;
2. Abrir o sistema em equipamento computadorizado, procurando o serviço ou informação por digitação ou com o uso de mouse;
3. Transmitir ao usuário a informação solicitada ou, explicitar as providências tomadas, para prestação de serviços;
4. Transmitir aos usuários da empresa, a solicitação de número telefônico de um assinante da empresa;
5. Efetuar ligações telefônicas solicitadas.

Na execução de suas tarefas não fazia uso de equipamentos de proteção individual (EPI).

IV – RISCOS DO TRABALHO.

A Autora ao executar suas tarefas fazia uso de aparelho comfone de ouvido e microfone acoplados, fixo em sua cabeça (telefone tipo “head set”) e equipamento de informática composto de um terminal de vídeo, teclado e “mouse”. O equipamento de informática está disposto em móvel projetado e construído, para as tarefas executadas pelo ocupante do cargo. Há mesa regulável para o teclado e apoio para o punho no teclado e no “mouse”. A cadeira tem controle de altura, adequação do apoio dorsal e apoio para os pés. Essa disposição dos equipamentos e mobiliário é correta do ponto de vista ergonômico.

O fone usado pela autora, alternadamente em cada um dos ouvidos era dos modelos TS 19 e /ou TS 20. Os equipamentos possuíam revestimento de uso individual para o fone de ouvido e dispositivo de regulagem do volume de som recebido, que possibilitam o controle da pressão sonora, que chegava aos ouvidos da autora.

O ruído ambiental foi medido com medidor de níveis de pressão sonora da marca ENTELBRA, modelo ETB –142- A, calibrado com Áudio Calibrador ENTELBRA modelo ETB 135, a 94 dB e 1000 Hz. O microfone receptor foi colocado na altura da orelha do trabalhador, sendo o equipamento operado no circuito de compensação A e circuito de resposta lenta. Os dados obtidos foram comparados com a tabela de limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente do anexo 1 da NR –15 da Portaria 3214/78.

LOCAL dB (A) LT OBSERVAÇÃO.

- Posto de trabalho 63 voz do atendente
- Posto de trabalho 57 ruído de fundo
- do posto vizinho.

V – DISCUSSÃO

A autora trabalhou para a de 5 de dezembro de 2006 a 6 de outubro de 2007. O posto de trabalho está disposto de forma adequada para obtenção de uma boa postura no trabalho.

O ruído ambiental está abaixo do limite de tolerância de 85 dB (A), para oito horas, previsto no anexo 1, da NR-15, da Portaria 3214/78, que trata das Operações e Atividades Insalubres.

Os valores medidos no ambiente de 57 dB (A) e 63 dB (A), também, não excedem o limite de conforto de 65 dB (A), considerado pela NR 17, da Portaria 3214/78, que trata da Ergonomia.

O ruído, recebido nos fones de ouvido do head set, situam-se a níveis de conforto para o operador pela regulagem de seu volume proporcionado pelo equipamento.

A autora realizou durante o tempo em que trabalhou para o réu, exames médicos ocupacionais. Nestes foi avaliada a audição, em 21 de agosto de 2007 tendo como resultado a normalidade de sua audição.

VI - CONCLUSÃO

Concluímos pela inexistência de insalubridade no local de trabalho da autora, de acordo com a Portaria 3214/78, em sua Norma Regulamentadora de número 15 (NR-15) – Atividades e Operações Insalubres.

VII - QUESITOS.

A – Da Autora (Fls. 231).

1. Quais as atividades exercidas pela Autora em sua função de atendente de serviços ?

R – Contido no item III do laudo.

2. Informe o Sr. Perito, se o Autora, utilizava fones de ouvidos durante toda a sua jornada de trabalho? E se o uso contínuo pode gerar perda de audição?

R – A autora usava fone de ouvido e o seu uso contínuo não causa perda auditiva induzida pelo ruído.

3 – A Autora, utilizando fones de ouvidos, realizando uma média de 500 atendimentos diários, estava exposta a barulho excessivo e contínuo? Tais atividades podem ser consideradas insalubres?

R - A autora não estava exposta a ruídos acima dos limites de tolerância previstos no anexo 1, da NR -15 da Portaria 3214/78.

4- A Autora, utilizando fones de ouvidos não descartáveis e que também não eram individuais, poderia adquirir alguma doença infecciosa/ Qual (is)? Tais atividades podem ser consideradas insalubres? Por que e em que grau?

R - Não. A autora usava revestimento protetor para fone de ouvido, de uso individual.

5 – Informe o Sr. Perito, se a pressão sonora produzida pelo fones de ouvido podem causar lesões no aparelho auditivo? Quais lesões?

R – Não.

6 – Como se dá a recepção dos sinais sonoros no fone de ouvido utilizado pela Autora? Intermitentes e codificados ou contínuos? São transmitidos por sinais elétricos?

R – Os impulsos elétricos recebidos pelo fone de ouvido são transformados em energia mecânica, que se expressa por som. São sons intermitentes e são transmitidos por corrente elétrica.

7 – Responda, o Sr. Perito, se a recepção de sinais sonoros em fones de ouvido é considerada insalubre nos termos do anexo 13 da NR-15? Por que?

R – Não. A Portaria 3214/78, em sua Norma Regulamentadora 15, no anexo 13 – Agentes Químicos, em Operações Diversas, considera insalubre em grau médio as atividades e operações em: Telegrafia e radiotelegrafia, manipulação em aparelhos tipo Morse e recepção de sinais em fones. O anexo 13 incorpora à Portaria 3214/78, atividades e operações com agentes insalubres, presentes na Portaria 491 de 16/09/65. Estes devem ser avaliados por critérios qualitativos. Apesar de tratar de agentes químicos, incluiu o anexo 13, em atividades diversas, o trabalho com telegrafia e radiotelegrafia. As condições de trabalho com telegrafia e radiotelegrafia, pela recepção em fones, era feita com tecnologia de transmissão de sinais do tipo Morse primitivas e com interferências eletromagnéticas, que levavam aos ouvidos do operador, picos de pressão sonora elevados de alta frequência, determinantes de

desconforto e traumas acústicos. O trabalho da autora foi realizado com fone de ouvidos, através, de tecnologia, completamente diversa da recepção tipo Morse e sem as interferências eletromagnéticas das ondas de rádio de mais 50 anos atrás. A transmissão atual, por microondas, por fibra óptica, por equipamentos digitalizados e transmissão atual, por microondas, por fibra óptica, por equipamentos digitalizados e cabos modernos, não possui as interferências constatadas, na transmissão de sinais telegráficos tipo Morse, hoje abandonada.

8 – As atividades da Autora junto a Ré podem ser consideradas insalubres? Em que grau?

R – Não.

B – Do Réu (Fls.236/7)

1 – Especifique-se detalhadamente o ambiente de trabalho e atividades exercidas pela Autora, descrevendo-se os diferentes períodos e setores em que o mesmo trabalhou.

R – Descrito nos itens II e III do laudo.

2 – Pergunta-se: A reclamante exerceu alguma outra atividade durante ou após a cessação do contrato de trabalho com a Ré? Em caso afirmativo descreva o Senhor perito que tipo de funções o mesmo exercia, e ainda, o tempo em que laborou em cada emprego. Informe o Senhor perito o resultado do exame admissional, bem como, sejam descritas as atividades exercidas pela mesma no(s) novo(s) ofício(s).

R – A autora trabalhou e trabalha como técnica de enfermagem.

3 – Pergunta-se: O autor possui hobbie? Qual (is)? Pratica algum esporte? Qual (is)? Toca algum instrumento? Qual(is) Faz trabalhos manuais? Qual(is)? (Exemplo: marcenaria, jardinagem, pintura,...). Em caso afirmativo a uma dessas questões, desde quando o reclamante pratica tal(is) atividades?

R – Não.

4 – Pergunta-se: Durante o período em que laborava para a Ré, o Autor exercia algumas atividades profissionais, de estágio, acadêmica ou esportiva, caracterizando-se dupla jornada?

R – Trabalhou como técnica de enfermagem.

5 - Descreva, o Senhor Perito, as características físicas da Reclamante, antecedentes médicos seus e de seus familiares, e, quais seus hábitos em relação à saúde, e as influências na saúde da mesma.

R – Quesito não pertinente ao objetivo da perícia.

6 – Questiona-se: o Reclamante possui hábitos de vida saudáveis, tais como exercícios periódicos e moderados, se a mesma é fumante ou não, etc;

R – Quesito não pertinente ao objetivo da perícia.

7 – A autora é portadora de alguma moléstia? Qual(is)?

R – Quesito não pertinente ao objetivo da perícia.

8 - Que o Senhor perito descreva o quadro clínico do Reclamante quando de sua demissão?

R – Estava com aptidão.

9- Pergunta-se: Qual o nível de ruído medido na função da reclamante? Este nível é prejudicial à saúde?

R – Os níveis medidos são de 57 dB(A) e 63 dB(A). Esses Níveis não são prejudiciais à saúde.

10- Pergunta-se: O nível de ruídos é capaz de gerar lesões? Quais as justificativas?

R – Não. É inferior ao limite de tolerância previsto no anexo 1, da NR-15 da Portaria 3214/78.

11 – Especifique-se detalhadamente o ambiente de trabalho e atividades exercidas pela Autora, descrevendo-se os diferentes períodos e setores em que o mesmo trabalhou.

R – Respondido em 1.

12 - A Reclamante envolvia-se em suas atividades com agentes químicos inseridos no anexo nº 13 d a NR-15?

R – Não.

13 – O DSST – Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho, através de nota técnica nº 10/2002, atendendo consulta da empresa Telefônica, quanto a insalubridade para telefonista, nos termos do anexo nº 13 da NR-15 manifestou-se no sentido de que: “o caso específico da telefonia não envolve normalmente, recepção de sinais transmitidos e sim a fala através de aparelhos telefônicos muito diferente dos sinais transmitidos nos sistemas de telegrafia e radiotelegrafia”. A reclamante enquadra-se no entendimento da DSST, cuja recepção no aparelho telefônico (Headset) é a fala?

R – Sim.

14 – A reclamante, no desenvolvimento de suas funções, fazia uso de Headset? Quais as condições dos equipamentos? Possuíam controle de volume para ajustar a intensidade mais confortável ao ouvido? Havia proteção entre o fone e o ouvido da atendente?

R – Sim.

15 – Ainda que por malabarismo e elucubração mental tente-se atribuir a insalubridade à telefonista em razão do ruído a que esta se submete, a boa técnica não recomenda a avaliação do nível de pressão sonora, como determina o anexo nº 1 da NR-15 (ruído contínuo e intermitente)? Os tempos de exposição aos níveis de ruído a que se expunha a Reclamante, excedem os níveis de tolerância fixados no Quadro do Citado Anexo, caracterizando a insalubridade?

R – A medição do ruído de ser feita de acordo com a NR-15. Os níveis medidos não excedem os limites de tolerância previstos.

16 – Esclareça, o Senhor Perito, quais os exames realizados na autora quando de sua demissão? Se fora realizado Audiometria? E Qual o resultado?

R – A audiometria foi de resultado normal.

17 – Constatada alguma perda auditiva, as atividades executadas pela reclamante, pelo período integral da contratualidade que manteve com a Ré, seriam capazes, por si só, provocar lesão no autor?

R – Prejudicado. Não houve perda auditiva.

18 – A Autora encontra-se incapacitada para exercer qualquer tipo de atividade laboral?

R – A autora está em atividade laborativa, como técnica de enfermagem.

19 – Protesta, desde já pela apresentação de quesitos suplementares ou posteriores esclarecimentos que se fizerem necessários.

R – Fica o perito à disposição para elucidar as dúvidas.

VIII - HONORÁRIOS

Importa o presente laudo em três salários mínimos à época de seu efetivo pagamento.

Florianópolis, 13 de abril de 2008.

.....
CRM...